



Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Relatório e Contas de 2018 da Direcção

e

Parecer do Conselho Fiscal

Nº 165/2018

Lisboa 2019

Relatório da Direcção

Dando cumprimento ao estipulado nos Estatutos da Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão, em vigor, e de acordo com a alínea b do ponto 1 do artigo 13º, da Subsecção II do Decreto-Lei nº 221/14 de 14 de Novembro foi redigido o presente Relatório, o qual foi submetido ao parecer do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral, em conjunto com as Contas da Direcção, referentes ao ano 2018.

Este documento pretende informar todos os associados acerca do desenvolvimento de todas as actividades que ocorreram ao longo do ano 2018, nesta Instituição, exibindo também toda a situação financeira da Associação no final do mesmo ano, conforme se verifica nos vários mapas anexos a este Relatório, referentes ao Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Natureza do exercício em 31 de Dezembro de 2018.

De seguida apresentamos, de forma resumida, a descrição das actividades mais importantes que se registaram durante o ano de 2018.

Refúgio Aboim Ascensão (delegação de Faro)

Desenvolvimento da Actividade

1. Humana e Financeira

a. Humana

1) Crianças

Continua a revestir-se de grande complexidade a definição, organização e implementação do Projecto de Vida referente a cada Criança acolhida, em perigo.

2) Técnicos e Funcionários

Prevalece a dificuldade de harmonizar a intensidade e qualidade do trabalho de Emergência Infantil, nomeadamente no tocante ao balanceamento entre suas vidas, na Instituição e Privada, das técnicas e funcionárias.

b. Financeira (Fundraising)

Permanece o grande esforço na captação de novos Mecenias e na consolidação e/ou intensificação dos apoios existentes, tendo em conta o facto de uma parcela bastante significativa dos rendimentos da Instituição ser constituída por donativos de Particulares e Empresas. De facto, no decurso do exercício de 2018 foi possível captar novos apoios ou reforçar os já existentes, nomeadamente Beneméritos Estrangeiros, que visitam e conhecem o trabalho desenvolvido pelo Refúgio Aboim Ascensão, valorizando a metodologia de Emergência Infantil e apreciando os resultados atingidos. De salientar ainda o apoio manifestado pela Sociedade Civil, através dos donativos e consignação de IRS.

Ao nível dos Acordos e outros Apoios do Estado, foi necessário garantir inalterado o nível de cooperação precedente, o que obrigou a uma pressão e acompanhamento ainda mais efectivos e constantes por parte do Director do Refúgio Aboim Ascensão (RAA).

2. Jurídica e Regulamentar

Duas grandes vertentes:

a. Direito das Crianças: acompanhamento e apoio ao Departamento de Acção Social, nomeadamente através da estreita colaboração no âmbito dos processos de promoção e protecção de menores, da instrução de processos de confiança judicial e da regularização e obtenção dos documentos de identificação das crianças.

b. Recursos Humanos: Apoio técnico ao nível das questões laborais, que se colocam numa estrutura como a do RAA no que respeita a férias, faltas e processos disciplinares, entre outros.

c. Foi aprovado em reunião de direcção o novo Regulamento Interno do Refúgio Aboim Ascensão. A aprovação deste documento revoga o aprovado em 2009, assim como o Regulamento Orgânico de 21 de Março de 2007. No dia 14 de Novembro de 2018 o mesmo Regulamento Interno foi aprovado em Assembleia Geral.

d. Foi aprovado o Regulamento Geral de Protecção de Dados do RAA.

3. Médica

Para além do quanto é do conhecimento da ARS, as dificuldades na área médica, decorrem da especificidade inerente à actividade única desta Instituição: o acolhimento de crianças de muito baixa idade, tipologia dos acolhimentos e seus antecedentes pessoais e familiares. Assim, as crianças acolhidas deslocam-se frequentemente a consultas sendo acompanhadas nas mais diversas

especialidades, quer na região do Algarve, quer fora dela. Os cuidados continuados de saúde são uma realidade, uma vez que se encontram no RAA quinze (15) crianças especiais, com as mais diversas patologias.

O apoio do Mecenato ao nível Médico tem vindo a consolidar-se e é fundamental para a manutenção da qualidade dos cuidados prestados.

4. Psicológica e Psicoterapêutica

Continuou intensa a avaliação psicodiagnóstica e a intervenção psicoterapêutica ao longo de 2018. A tipologia das crianças acolhidas requerer esforços suplementares nesta actividade. Porém, o correlato jurídico das decisões em Tribunal continua a constituir forte estímulo na consolidação do Modelo Emergência Infantil, criado pelo RAA em 1986. De relevar neste domínio a eficácia da interacção das Psicólogas Clínicas com as Educadoras de Infância, Fisioterapeutas, T. Ocupacionais, T. Fala e Médica.

De importância é também o apoio e acompanhamento de vinte e sete (27) crianças que frequentaram a Escola Pública a par do trabalho diário de intervenção nas várias salas de Educação Pré-primária (3-6) e Ante Pré-primária (0-3) com a maioria das crianças.

5. Social

No ano de 2018 foram integradas nas suas famílias biológicas ou adoptivas três dezenas de crianças (30).

Como do antecedente demos continuidade:

- Aos acompanhamentos das famílias das crianças acolhidas, em articulação com as Entidade que solicitaram o acolhimento (Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais);
- Aos contactos e envio de informação para a Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais referente às crianças acolhidas e suas famílias;
- À participação nos Tribunais em Audiências e Debates Judiciais;
- Ao envio de onze (11) relatórios de caracterização das crianças em situação de adoptabilidade para a Segurança Social, com vista à selecção dos candidatos com o perfil mais adequado às crianças;

- Ao acompanhamento de cerca de treze (13) crianças no período de vinculação observada para a adopção;
- Aos acompanhamentos no período de pré adopção, em pareceria com a Segurança Social de Faro, das crianças e respectivas famílias adoptivas.

6. Pedagógica

a. Integração da Criança em sala lúdico-pedagógica adequada à sua idade/ desenvolvimento, quer em equipamentos internos, ou inserida nos equipamentos da Comunidade.

- 0-3 anos – Ante pré-escolar;
- 3-5 anos – Pré-primária;
- A partir dos 6 anos – Ensino básico (1.º ciclo) – No corrente ano frequentaram 22 Crianças.

Prosseguiu-se com o trabalho de intervenção precoce, visando estimular as capacidades globais de cada criança, proporcionando o seu desenvolvimento equilibrado e harmonioso, através da implementação de actividades lúdicas, pedagógicas, culturais e sociais. Quer durante o ano lectivo, em contexto de sala de Educação de Infância, quer durante o Verão, época balnear, são desenvolvidas inúmeras actividades para que as crianças possam usufruir de novas experiências e/ou realidades e contextos diversificados.

b. Foi dada continuidade à colaboração com Escolas, Institutos e Universidades, quer a nível Nacional, quer Internacional em realização de estágios curriculares em diferentes áreas de formação nomeadamente, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, Apoio Psicossocial, Animação Sociocultural, Educação de Infância, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional e Fisioterapia, Auxiliares de Educação, entre outros.

Apoio e colaboração em trabalhos de investigação no âmbito de Mestrados e Doutoramentos.

c. Foi dada continuidade à nossa presença e/ou participação activa em Seminários, Conferências e/ou Encontros, de âmbito Nacional e Europeu.

7. Voluntariado

Continuou a exercer-se uma forte componente de Voluntariado Técnico, além dum outro indiferenciado, com especial incidência nos meses de Verão. O RAA conta com um leque de colaboração de setenta e seis (76) voluntários.

Queremos aqui expressar que o Refúgio Aboim Ascensão (RAA), Delegação de Faro, tem vindo a funcionar, tecnicamente, de uma forma exemplar pelo que mencionaremos, de seguida, algumas das muitas actividades, nomeadamente, os eventos em que a Instituição participou ou organizou, e as visitas que foram efectuadas durante o ano de 2018 às instalações da instituição.

Visitas

Entre as várias **visitas** de entidades oficiais e particulares, salientam-se as seguintes:

Fevereiro

02 – Visita de Algarve Sharks, American Football Team e Pedro Viena, representante, em Portugal, da American Football Without Barriers, no âmbito do evento realizado, nos dias 10 e 11 de Março no Estádio do Algarve, com Estrelas de Futebol Americano. Evento realizado com o objectivo de divulgar e inspirar este desporto como estilo de vida saudável, e ajudar instituições de Solidariedade Social nos Países de intervenção. Portugal é o 6.º País de intervenção para os AFWB training camps no mundo.

26 – Visita da companhia aérea Ryanair, no âmbito de entrega de donativo referente à acção de solidariedade “Fly to Win”. Esteve presente Aoife Greene, responsável de retalho da Ryanair e vários hospedeiros de bordo da companhia.

Abril

19 – Visita de Dr. Francisco Miranda Rodrigues, Bastonário da Ordem dos Psicólogos, e Dr.ª Renata Benavente, Membro da Direcção Nacional da OPP. No âmbito do plano de actividades da Delegação Regional Sul da Ordem dos Psicólogos Portugueses, que se realizou no dia 19 e 20 de Abril, na Região do Algarve, a primeira edição dos “Trilhos da Psicologia” e Fórum Temático. Neste âmbito foram realizadas algumas visitas a Instituições, das quais o RAA.

Junho

01 – Visita da BP – Portugal, no âmbito das Comemorações do Dia Mundial da Criança e, da Cerimónia de Assinatura do Protocolo Anual de fornecimento de combustível para toda a frota do Refúgio Aboim Ascensão. Este ano esta entidade celebrou 10 anos de parceria com o Refúgio Aboim Ascensão. A Cerimónia contou com a presença do Presidente da BP- Portugal, Eng.º Pedro Oliveira, Dr.ª Anabela Silva, Directora de Marketing, Dr. António Comprido, ex-presidente da BP que deu início a esta colaboração, e Dr. Fernando Mota Cardoso, Presidente da Fundação BP. Este ano, através da Fundação BP, foi efectuado donativo de valor simbólico angariado numa iniciativa

interna da BP: “correr por uma causa”, na qual juntaram-se mais de 60 colaboradores da BP, ex-colaboradores e revendedores, que contribuíram, nesta iniciativa, para a Instituição.

01 – Visita de Sua Excelência o Senhor Primeiro- Ministro, Dr. António Costa. A acompanhá-lo esteve, também, sua Excelência o Ministro da Educação, Dr. Tiago Brandão Rodrigues. Visita efectuada no âmbito das Comemorações do dia Mundial da Criança.

29 – Visita das Meritíssimas Juízas do Tribunal Judicial da Comarca de Faro- Juízo de Família e Menores de Portimão, Dr.^a Maria da Graça Magalhães Agrelo e Dr.^a Sara Lúcia Macedo de Faria Guimarães.

Outubro

03 - Visita da Altice Portugal- Visita realizada no âmbito da vertente de responsabilidade social da Comissão Executiva da Altice Portugal. Empresa que apoia há mais de uma década a Instituição, contribuindo com doações financeiras e, também, materiais. Esteve presente o Eng.º Alexandre Fonseca, Chief Executive Officer e restante Comité Executivo.

18 - Visita da companhia aérea Ryanair, no âmbito de entrega de donativo referente à acção de solidariedade “ Fly to Win”. Esteve presente Dr.^a Darren Delaney, do departamento de compras inflight da Ryanair, Dr.^a Anabel Fernandes, Base Supervisor/Faro e grupo de hospedeiros de bordo.

Novembro

26 – Visita da Dr.^a Rosário Farmhouse, Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção de Crianças e Jovens, acompanhada da Dr.^a Ana Fazenda, Coordenadora da Comissão Nacional no Algarve.

Dezembro

15- Visita do Moto Clube de Faro com o tradicional desfile dos Pais Natal.

28 – Visita do cantor Tony Carreira e de elementos da Academia do Bacalhau de Paris, no âmbito de donativo efectuada à Instituição.

Eventos

Relativamente a eventos mais importantes, são de destacar os seguintes:

Janeiro

26 - Missa do 85.º Aniversário do Refúgio Aboim Ascensão, com celebração Eucarística, no Convento de Nossa Senhora Rainha do Mundo, no Carmelo, Patação, em louvor de Nossa Senhora

do Leite, padroeira do Refúgio Aboim Ascensão, celebrada por intenção de Rodrigo António Aboim Ascensão, bem como de Manuel Aboim Ascensão de Sande e Lemos e de seus filhos Rodrigo, Maria da Piedade e António Sande e Lemos e, de Dina Maria Ribeiro Costa (1985 - Faro).

Fevereiro

23- Jantar Anual de Beneficência organizado pelo famoso Comediante e Amigo, Jimmy Tarbuck, realizado na Quinta do Lago, em Vale do Lobo, Almancil.

Março

08 – No âmbito da celebração do Dia da Mulher, o grupo United Wine Women – Blended for a Cause, composto por 23 mulheres do sector do vinho, aliou-se à Herdade da Malhadinha Nova para uma celebração solidária deste dia, nesta Herdade. Grupo maioritariamente de enólogas e produtoras, de empresas de vinho de vários pontos do País, unidas por uma causa maior: O Refúgio Aboim Ascensão. Foi colocado em venda um conjunto de senhas solidárias, sendo que a receita reverteu a favor da Instituição.

Abril

03 – VI Gala Charity Golf Extravaganza, realizada no restaurante Bovino Steakhouse, da Quinta do Lago. Evento realizado por grupo de amigos Britânicos, com o objectivo de apoiar o Refúgio Aboim Ascensão. Grupo este liderado por Rosie Sunderland e Deirdre Kelly.

18 – Participação no XIV Roteiro Solidário de Faro, organizado pela Rede Social de Faro – (CLASF). Realizado no âmbito da valorização da comunicação entre as Instituições do concelho de Faro que operam na área social, através dos serviços do departamento de Acção Social e Educação do Município de Faro. O programa deste Roteiro deu a conhecer dois projectos nomeadamente, a Residência Sénior J.R. Candeias Neto, da Santa Casa da Misericórdia de Faro e o Centro de Convívio, da Cimfaro II, em Estoi.

20 – Prémios Excelência - Gala Postal 30 Anos- Homenagem a Personalidades Algarvias. Realizada no Casino de Vilamoura. Para comemorar o seu aniversário o Jornal Postal do Algarve organizou uma Gala de homenagem a 30 personalidades e Instituições mais relevantes para a região algarvia nos últimos 30 anos. Uma das Instituições vencedoras foi o Refugio Aboim Ascensão.

23 – Cerimónia de entrega dos donativos angariados no Bazar Internacional do Corpo Diplomático, organizado em Dezembro de 2018, pela Associação das Famílias dos Diplomatas Portugueses (AFDP). Os donativos foram entregues pelo Presidente da Republica, Dr. Marcelo Rebelo de Sousa,

juntamente com a Presidente da Associação do Bazar Diplomático, Embaixatriz Conceição Corte-Real. Estiveram, presentes vários representantes do corpo diplomático, patrocinadores, entre outras entidades.

Julho

27 – Filmagens na Instituição para a Sky Sports Tv, no âmbito do Torneio “ *The Sir Bobby Robson Celebrity Golf Classic XV* ”.

28 -“The Sir Bobby Robson Celebrity Golf Classic XV”- Sportsmen & Entertainers Charity Tournament”, in aid of the Refúgio Aboim Ascensão, in celebration of Bobby’s European Years. Evento de Solidariedade iniciado pelo falecido treinador de futebol Inglês, Sir Bobby Robson, tendo sido continuado, pela sua esposa Lady Elsie Robson e família. Realiza-se todos os anos, com apoio do grupo Pestana, no Hotel Pestana da Vila Sol e no seu Club de Golf. Esta iniciativa tem sido organizada por “Roger Eastoe & Associates”.

Dezembro

01 - Cerimónia de abertura das 3.000 Lâmpadas de Natal. Este ano Presidiu à Cerimónia de abertura Sua Excelência a Ministra da Saúde, Dr.^a Marta Temido. Estiveram presentes várias entidades nomeadamente, mecenas e amigos. As Lâmpadas de Natal estiveram ligadas até ao dia dos Reis, uma tradição que se cumpre todos os anos durante esta época.

Património da Associação

Colónia Balnear da Ilha de Faro

As crianças do RAA continuam a utilizar Colónia Balnear nos meses de Junho a Setembro. As excepcionais condições ambientais e de localização da Ilha de Faro, permitem que as crianças, com idade superior a 3 anos, passem os meses estivais com os colaboradores do RAA e com o apoio de voluntários na Colónia Balnear.

Como todos os anos, realizaram-se obras de melhoramento e de manutenção na Colónia Balnear, nomeadamente, na zona frequentada pelas crianças do Refúgio durante o verão. Continua em aberto possibilidade de parcerias com entidades públicas ou privadas para a partilha de utilização da Colónia.

Horta do Canto

▪ **Viabilidade de construção ou permuta**

No seguimento de contactos com a Camara Municipal de Faro, esta informou que não está interessada na permuta de um seu imóvel com a Horta do Canto.

▪ **Arrendamento**

A parcela urbana deste imóvel, designadamente o artigo matricial U-4633, continua arrendada.

▪ **Cedência gratuita de terreno**

A Direcção continua a autorizar a utilização do terreno sob o art.º 31 Secção H para pastoreio, mantendo-se o acordo de cessão gratuita entre as partes.

▪ **Expropriação**

No dia 22 de Novembro de 2018, foi assinada a escritura de expropriação do Prédio Horta de Canto ou Horta do Refúgio, em Faro, para execução da Via de Acesso ao Cais Comercial/Circular Sul. Parcela 2.a., dando-se por concluído um processo que vinha desde 1993.

Imóvel Rua Ascensão Guimarães, Faro

Está em desenvolvimento um estudo para analisar qual a melhor forma de adaptar este imóvel às necessidades do Refúgio. Trata-se de um imóvel classificado havendo, por esta razão, algumas reservas quanto às obras de restauro/ recuperação.

Terreno em Mafra

No dia 11 de Dezembro concretizou-se a escritura de venda à Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, do imóvel rústico situado no concelho de Mafra.

Legados à ABRAA

A Senhora D. Ivone da Costa Afonso deixou em testamento valores depositados numa instituição bancária.

Senhora D. Isaura Vieira Barbadinho deixou em testamento valores depositados numa instituição bancária.

Mecenato e voluntariado

A Direcção de ABRAA, quer aqui expressar os mais sinceros agradecimentos, a todos quantos procuram ajudar com a sua contribuição no sentido de procurar aumentar a eficácia da acção que esta Associação tem vindo a desenvolver respeitante ao bem-estar de todas as crianças que têm vindo a beneficiar deste auxílio. Queremos salientar aqui, entre outros, os nomes de alguns patrocinadores efectivos, como a seguir se descreve:

- Sir Bobby Robson Golf Classic
- Ryanair Limited
- Reach For Refúgio
- BP Portugal
- Grupo Pestana
- Nestlé
- Dia
- Sarbec
- Presidents Club Charitable Trust
- Ron Brooks

Um agradecimento especial a todos os voluntários no RAA que com a sua dedicação contribuem para o bem-estar das crianças.

Assembleias Gerais

Em 2018 realizaram-se duas Assembleias Gerais, as quais ocorreram nas seguintes datas:

- Assembleia Ordinária realizada a 14 de Março de 2018, cuja ordem de trabalhos foi: Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção do ano 2017; Ratificação da aceitação do legado da Sra. D. Maria Isabel Rodrigues dos Santos e deliberação sobre futuro do imóvel.
- Assembleia Ordinária realizada a 14 de Novembro de 2018, cuja ordem de trabalhos foi: Apreciação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2019; Apreciação do Parecer emitido pelo Conselho Fiscal sobre o Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2019; Votação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2019; Apreciação, discussão e votação do novo Regulamento Interno de Funcionamento do Refúgio Aboim Ascensão, revogando o aprovado em 2009, assim como o Regulamento Orgânico de 2007.

JSL *LAB* *USA* *KA*

- Assembleia Ordinária realizada a 14 de Novembro de 2018, cuja ordem de trabalhos foi: Legado da Exma Senhora D. Ivone da Costa Afonso; Legado da Exma Senhora D. Isaura Vieira Barbadinho.

Massa associativa

Em 2018 não houve qualquer alteração.

Contas da Direcção

A significância dos Resultados Líquidos prende-se com o esforço que o Refúgio vem desenvolvendo, no sentido de mobilizar os seus Mecenias para a constituição de um fundo que permita levar à prática a construção futura, em terreno contíguo à Instituição, de um novo edifício anexo ao actual equipamento. Este edifício, entre outras finalidades inerentes ao acolhimento de Emergência Infantil, irá propiciar um novo habitáculo para as crianças das faixas etárias 2-4 e 4-6 anos, de molde a conceder a cada uma delas, uma maior cubiculização e um menor confinamento. A faixa etária de 0-2 anos continuará nas instalações actuais, perfeita e actualizadamente adequadas a este tipo de Unidade Pediátrica.

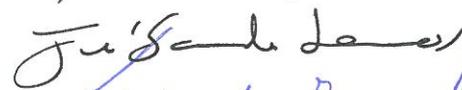
A Direcção da ABRAA apreciou e acompanhou com cuidado e atenção os elementos disponibilizados pelo Técnico Oficial de Contas, tendo a referir que o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, se saldou com um resultado positivo de €370.202,99. Propomos que o resultado deste exercício seja transferido para Resultados transitados.

Lisboa, 7 de Março de 2019

A Direcção

Prof. Doutora Maria da Conceição Pizarro de Sande e Lemos da Cunha e Sá 

Dr. Rodrigo Salema de Sande e Lemos 

Prof. Doutor José Pizarro de Sande e Lemos 

Dr. Luís Gonzaga Coelho Vilas-Boas Marques 

D. Maria João Pereira Cabral Salema de Sande e Lemos 



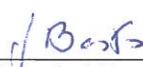
ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E REFÚGIO ABOIM ASCENSÃO
Instituição Particular de Solidariedade Social

PARECER DO CONSELHO FISCAL

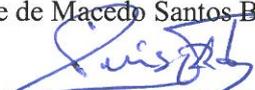
Exmos. Senhores Associados,

1. Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar o relatório e parecer sobre as contas e Relatório de Gestão apresentados pela Direção da **Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que evidenciam um resultado líquido positivo de 370.203 euros.
2. Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Associação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, com base na informação contabilística. No âmbito das competências legalmente convenientes para o desempenho das nossas funções.
3. No final do exercício analisámos o Relatório de Gestão, apresentado pela Direção tendo concluído que está elaborado em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
4. Verificámos igualmente as contas que nos foram submetidas para emissão de parecer, as quais estão em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites. Apreciamos também a Certificação Legal das Contas, que merece a nossa concordância.
5. Conforme referido no Anexo às contas, a partir de 1 janeiro de 2012 a Associação procedeu à conversão das suas contas em conformidade com o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).
6. Como resultado das ações de fiscalização exercidas, somos de opinião que as contas apresentadas, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo, reflectem a situação económica e financeira da Associação à data a que se reportam.
7. Nestas condições, somos de parecer que Assembleia Geral aprove:
 - O Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
 - A proposta de aplicação dos Resultados apresentada pela Direção.

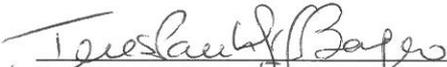
Lisboa, 14 de março de 2019



Dr. Jaime de Macedo Santos Bastos



Dr. António Luis Isidro de Pinho



Dra. Teresa Paula Simões Faria Barroqueiro



Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Instituição Particular de Solidariedade Social

Fundada em 1907

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Índice	2
Balanço em 31 de dezembro de 2018 e 2017	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2018 e 2017	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2018 e 2017	5
Anexo.....	6
1. Identificação da Entidade.....	6
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	6
3. Principais Políticas Contabilísticas	6
3.1. Bases de Apresentação.....	6
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	15
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	16
6. Propriedades de investimento.....	17
7. Ativos Intangíveis	17
8. Inventários	18
9. Rédito	18
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo	19
11. Instrumentos financeiros	19
11.1. Investimentos financeiros	19
11.2. Estado e Outros Entes Públicos.....	19
11.3. Créditos a receber	20
11.4. Caixa e Depósitos Bancários	20
11.5. Fornecedores.....	21
11.6. Outros passivos correntes	21
12. Benefícios dos empregados	21
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	22
14. Outras Informações.....	22
14.1. Diferimentos.....	22
14.2. Fundos Patrimoniais	23
14.3. Fornecimentos e serviços externos.....	24
14.4. Outros rendimentos	25
14.5. Outros gastos.....	25
14.6. Acontecimentos após data de Balanço	26

Balço em 31 de dezembro de 2018 e 2017

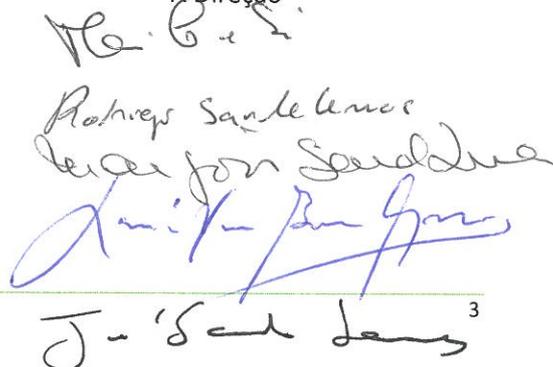
Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 622 234,28	1 667 613,55
Ativos intangíveis	7	-	1 233,74
Investimentos financeiros	11.1	3 131,68	2 328,88
Subtotal		<u>1 625 365,96</u>	<u>1 671 176,17</u>
Ativo corrente			
Inventários	8	181 595,26	150 036,56
Créditos a receber	11.3	71 700,44	22 703,00
Estado e outros Entes Públicos	11.2	9 813,54	5 065,02
Diferimentos	14.1	28 300,94	27 908,52
Caixa e depósitos bancários	11.4	3 246 812,45	2 877 133,40
Subtotal		<u>3 538 222,63</u>	<u>3 082 846,50</u>
Total do Ativo		<u>5 163 588,59</u>	<u>4 754 022,67</u>
Fundos patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.2	122 199,75	122 199,75
Reservas	14.2	287 432,29	287 432,29
Resultados transitados	14.2	3 375 927,29	2 992 984,78
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.2	705 390,33	661 927,41
Resultado Líquido do período		370 202,99	382 942,51
Total dos Fundos Patrimoniais		<u>4 861 152,65</u>	<u>4 447 486,74</u>
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	30 346,51	33 872,91
Estado e outros Entes Públicos	11.2	39 446,56	38 733,20
Diferimentos	14.1	21 696,69	18 318,12
Outros passivos correntes	11.6	210 946,18	215 611,70
Subtotal		<u>302 435,94</u>	<u>306 535,93</u>
Total do Passivo		<u>302 435,94</u>	<u>306 535,93</u>
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		<u>5 163 588,59</u>	<u>4 754 022,67</u>

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção



Roberto Santos
 Luís José Saldanha
 António Pinheiro
 João Saldanha³

Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	9	110,00	270,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1 712 908,21	1 782 074,76
Custo das mercad. vendidas e das mat.s consumidas	8	(220 515,50)	(211 288,48)
Fornecimentos e serviços externos	14.3	(457 816,72)	(482 681,06)
Gastos com o pessoal	12	(1 618 737,17)	(1 561 062,08)
Outros rendimentos	14.4	1 123 996,24	1 040 100,83
Outros gastos	14.5	(25 744,69)	(46 508,63)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		514 200,37	520 905,34
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6, 7	(143 997,38)	(137 962,83)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		370 202,99	382 942,51
Resultados antes de impostos		370 202,99	382 942,51
Resultado líquido do período		370 202,99	382 942,51

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado

A Direção

R. B. S.
 Rodrigo Santos
 Diretor Geral
 Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão
 Luís Santos

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2018 e 2017

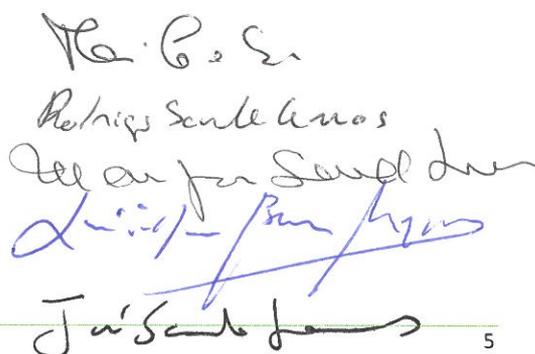
Rubricas	Notas	Períodos	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Pagamento a fornecedores		(534 972,17)	(540 891,72)
Pagamentos ao pessoal		(1 165 163,20)	(1 111 102,93)
Caixa gerada pelas operações		(1 700 135,37)	(1 651 994,65)
Outros recebimentos/pagamentos		(497 665,13)	(513 423,58)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(2 197 800,50)	(2 165 418,23)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(67 096,56)	(694 886,46)
Ativos intangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		74 309,44	16 603,20
Investimentos financeiros		50 645,48	58 306,50
Juros e rendimentos similares		5 180,75	9 846,47
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		63 039,11	(610 130,29)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		492 332,92	566 201,08
Outras operações de financiamento		2 012 107,52	2 056 673,36
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		2 504 440,44	2 622 874,44
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		369 679,05	(152 674,08)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 877 133,40	3 029 807,48
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	3 246 812,45	2 877 133,40

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção



Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão (doravante apenas designada por Associação), com sede Largo do Museu da Artilharia, n.º 2, em Lisboa, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1907, que tem como atividade principal o apoio a crianças e jovens e às respetivas famílias.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 11.3 e 11.6) e “Diferimentos” (Nota 14.1)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Associação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente ao longo do tempo e em toda a Associação. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos pagos e não restituíveis, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Associação espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Associação a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Associação tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

JSL
LVB
JSL
R&M

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	6 a 50
Equipamento básico	1 a 6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Os ativos detidos pela Associação nesta rubrica correspondem a edifícios e outras construções detidos para obter rendimento, nomeadamente através do arrendamento. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços e também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são mensuradas inicialmente pelo mesmo método que os “Ativos Fixos Tangíveis”, sejam estas adquiridas pela Associação, sejam doadas a título gratuito a esta. Para mensuração subsequente, a Associação adotou o Modelo do Custo, onde os itens encontram-se mensurados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em curso” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta e em conformidade com um período de vida útil estimado entre 10 e 50 anos.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Conforme disposto do ponto 7.5 do Aviso 8259/2015 de 29 de julho as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram reclassificadas em 2016 como ativo fixos tangíveis.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os bens encontram-se anualmente sujeitos a um teste de imparidade e a uma amortização. Estas amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos, sendo de 3 anos no caso dos programas de computador.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros são registados no momento do recebimento.

Clientes, utentes e outros créditos a receber

Os “*Clientes e utentes*” e as “*Outros créditos a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Associação avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. A partir do momento em que deixam de estar em imparidade é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos pela forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras dívidas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Associação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados atribuídos pelo governo, fundadores ou outras entidades.

3.2.7. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas atividades sujeitas), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, quando seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente

mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, na natureza do serviço e na especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.8. Provisões

Periodicamente a Associação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Associação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Associação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Associação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

“b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas; “

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Desta forma, toda a atividade da Associação encontra-se isenta de IRC. Eventual imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a tributações autónomas nos termos do n.º 2 do art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.11. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de refeição, abono para falhas, subsídio de férias, subsídio de Natal e outras retribuições que eventualmente possam ser designadas pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no exercício em que os serviços foram prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento. Desta forma, a responsabilidade com férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais, a liquidar no exercício económico seguinte, encontram-se espelhadas num passivo (Nota 12).

3.2.12. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Associação são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/ recebimentos das transações, bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos, ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/ transações.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Em 2014 a Associação adotou o sistema de duodécimo como política de depreciação ou amortização para os seus Ativos Fixos Tangíveis, Ativos Intangíveis e Propriedades de Investimento, em detrimento do sistema de quotas anuais que vigorou até 2013.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis ocorridos durante os exercícios de 2017 e 2018, bem como as depreciações e amortizações registadas, resumem-se no quadro em baixo.

31 de dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Depreciações	Alienações / Cedências	Saldo em 31-Dez-2018
Custo				
Terrenos e recursos naturais	413 318,65	13 230,00	(2 359,55)	424 189,10
Edifícios e outras construções	1 763 078,41	39 690,00	(6 807,50)	1 795 960,91
Equipamento básico	473 632,47	32 858,79	(8 950,79)	497 540,47
Equipamento de transporte	595 867,69	18 302,17	(15 901,40)	598 268,46
Equipamento administrativo	350 790,92	4 457,20	(10 483,19)	344 764,93
Outros Ativos fixos tangíveis	205 837,04	5 359,11	(7 089,72)	204 106,43
Total	3 802 525,18	113 897,27	(51 592,15)	3 864 830,30
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	(826 394,14)	(32 169,31)	192,95	(858 370,50)
Equipamento básico	(428 043,53)	(13 313,84)	2 645,73	(438 711,64)
Equipamento de transporte	(337 673,44)	(89 141,87)	15 901,40	(410 913,91)
Equipamento administrativo	(342 562,86)	(5 853,24)	10 483,19	(337 932,91)
Outros Ativos fixos tangíveis	(200 237,66)	(3 519,12)	7 089,72	(196 667,06)
Total	(2 134 911,63)	(143 997,38)	36 312,99	(2 242 596,02)
Total Líquido	1 667 613,55	(30 100,11)	(15 279,16)	1 622 234,28

31 de dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Depreciações	Alienações / Cedências	Saldo em 31-Dez-2017
Custo				
Terrenos e recursos naturais	254 827,67	158 490,98	-	413 318,65
Edifícios e outras construções	1 329 660,91	433 417,50	-	1 763 078,41
Equipamento básico	463 585,27	10 809,72	(762,52)	473 632,47
Equipamento de transporte	575 022,27	76 600,82	(55 755,40)	595 867,69
Equipamento administrativo	357 602,46	8 928,40	(15 739,94)	350 790,92
Outros Ativos fixos tangíveis	205 308,14	528,90	-	205 837,04
Total	3 186 006,72	688 776,32	(72 257,86)	3 802 525,18
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	(800 783,33)	(25 610,81)	-	(826 394,14)
Equipamento básico	(405 744,97)	(23 061,08)	762,52	(428 043,53)
Equipamento de transporte	(309 064,55)	(84 364,29)	55 755,40	(337 673,44)
Equipamento administrativo	(355 522,52)	(2 780,28)	15 739,94	(342 562,86)
Outros Ativos fixos tangíveis	(198 121,44)	(2 116,22)	-	(200 237,66)
Total	(2 069 236,81)	(137 932,68)	72 257,86	(2 134 911,63)
Total Líquido	1 116 769,91	550 843,64	-	1 667 613,55

6. Propriedades de investimento

A Associação dispõe de investimentos em edifícios que se encontram arrendados a terceiros. O valor escriturado dos investimentos e respetivas depreciações estão registados como ativos fixos tangíveis (nota 3.2.2).

7. Ativos Intangíveis

O quadro abaixo resume os movimentos corridos nesta rubrica no exercício de 2017 e 2018:

31 de dezembro de 2018			
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Depreciações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo			
Programas de Computador	11 747,94		11 747,94
Total	11 747,94	-	11 747,94
Depreciações acumuladas			
Programas de Computador	(10 514,20)	(1 233,74)	(11 747,94)
Total	(10 514,20)	(1 233,74)	(11 747,94)
Total Líquido	1 233,74	(1 233,74)	-

O valor de depreciações de 1.233,74 euros está registado em correções de exercícios anteriores.

31 de dezembro de 2017			
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Depreciações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo			
Programas de Computador	11 747,94		11 747,94
Total	11 747,94	-	11 747,94
Depreciações acumuladas			
Programas de Computador	(10 484,05)	(30,15)	(10 514,20)
Total	(10 484,05)	(30,15)	(10 514,20)
Total Líquido	1 263,89	(30,15)	1 233,74

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

31 de dezembro de 2018

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassific. e regularizações	Custo Mer. Vendida	Inventário Final
Matérias subsidiárias e de consumo	150 036,56	154 293,24	97 780,96	(220 515,50)	181 595,26
Total	150 036,56	154 293,24	97 780,96	(220 515,50)	181 595,26

31 de dezembro de 2017

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassific. e regularizações	Custo Mer. Vendida	Inventário Final
Matérias subsidiárias e de consumo	147 780,72	144 319,88	69 224,44	(211 288,48)	150 036,56
Total	147 780,72	144 319,88	69 224,44	(211 288,48)	150 036,56

9. Rédito

Durante os exercícios de 2017 e 2018 os réditos obtidos provêm na sua totalidade de quotizações dos associados. As quotas estão a ser reconhecidas numa base de caixa, dado o valor anual da quota e o número de associados em dívida serem reduzidos.

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços:		
Quotas dos utilizadores	110,00	270,00
Total	110,00	270,00

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2018, a Associação tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo:		
Centro regional da Segurança Social	1.365.524,21	1.434.940,80
Autarquias	250,00	-
Ministérios	347.134,00	347.133,96
Total	1.712.908,21	1.782.074,76

11. Instrumentos financeiros

A Associação, nos exercícios de 2017 e 2018, teve as rubricas de ativos e passivos financeiros indicados nos subpontos seguintes.

11.1. Investimentos financeiros

A Associação dispõe dos seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2018	2017
Outros Investimentos financeiros:		
Títulos da dívida pública	255,36	255,36
Fundo de Compensação do Trabalho	2.876,32	2.073,52
Total	3.131,68	2.328,88

11.2. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9.813,54	5.065,02
Total	9.813,54	5.065,02
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	11.027,83	9.918,44
Segurança Social	28.346,38	28.742,41
FCT e FGCT	72,35	72,35
Total	39.446,56	38.733,20

Os valores registados em passivo foram pagos em janeiro de 2019.

11.3. Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	12.065,68	14.812,52
Adiantamentos a Fornecedores gerais	76,07	-
Fornecedores de investimentos		1.359,35
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Receitas diferidas não especificadas	17.790,15	3.229,09
Outros Devedores	41.768,54	4.661,39
Perdas por Imparidade	-	(1.359,35)
Total	71.700,44	22.703,00

Na rubrica “Outros Devedores” está registado o donativo acordado com a “Ryanair” que se encontrava por receber a 31 de dezembro de 2018, no montante de 30.000 euros.

11.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	7.284,09	7.653,15
Depósitos à ordem	617.528,36	547.480,25
Depósitos a prazo	2.622.000,00	2.322.000,00
Total	3.246.812,45	2.877.133,40

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "JSL" and "20".

11.5. Fornecedores

Os saldos de fornecedores referem-se a faturas em dívida a entidades prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens essenciais ao funcionamento da Associação com maturidade inferior a 30 dias.

Descrição	2018 Passivo	2017 Passivo
Fornecedores c/c	30 346,51	33 872,91
Total	30 346,51	33 872,91

11.6. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores de Investimentos	438,50	5 444,59
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	196 074,60	193 054,42
Outros acréscimos de gastos	11 603,08	5 381,79
Outros credores	2 830,00	11 730,90
Total	210 946,18	215 611,70

12. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 2017 e 2018 foi de "90" e "87", respetivamente. O número de membros dos órgãos sociais, direção e conselho fiscal, foram de 8, sendo remunerado o presidente do conselho fiscal sob a forma de prestação de serviços.

Os gastos que a Associação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Handwritten signatures and initials: LPB, JIL, MSA, and others.

Descrição	2018	2017
Remunerações ao Pessoal	1 306 504,64	1 261 433,66
Encargos sobre as Remunerações	265 157,56	255 446,87
Seg. Ac. Trabalho e Doenças Profissionais	13 284,30	12 008,09
FGCT	65,40	65,40
Outros Gastos com o Pessoal	33 725,27	32 108,06
Total	1 618 737,17	1 561 062,08

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas informações de cada rubrica relevante do Balanço e Demonstração de Resultados que ainda não tenha sido alvo de divulgação.

14.1. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Gastos diversos a reconhecer	28.300,94	27.908,52
Total	28.300,94	27.908,52
Rendimentos a reconhecer		
Rendas de imóveis	7.411,16	2.104,84
Outros rendimentos a reconhecer	14.285,53	16.213,28
Total	21.696,69	18.318,12

Os “Gastos diversos a reconhecer” são relativos a diferimentos de gastos diversos (seguros/condomínios/quotas/medicina do trabalho) e reconhecimento do combustível da BP, que à medida que é consumido será reconhecido como um donativo em espécie.

14.2. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

31 de dezembro de 2018

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	122 199,75	-	-	-	122 199,75
Reservas	287 432,29	-	-	-	287 432,29
Resultados transitados	2 992 984,78			382 942,51	3 375 927,29
O. variações fundos patrimor	661 927,41	52 920,00	(9 457,08)	-	705 390,33
Resultado do Exercício	382 942,51	370 202,99	-	(382 942,51)	370 202,99
Total	4 447 486,74	423 122,99	(9 457,08)	-	4 861 152,65

31 de dezembro de 2017

Descrição	Saldo em 01-12-2017	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-12-2017
Fundos	122 199,75	-	-	-	122 199,75
Reservas	287 432,29	-	-	-	287 432,29
Resultados transitados	2 298 904,46			694 080,32	2 992 984,78
O. variações fundos patrimor	618 419,26	47 156,48	(3 648,33)	-	661 927,41
Resultado do Exercício	694 080,32	382 942,51	-	(694 080,32)	382 942,51
Total	4 021 036,08	430 098,99	(3 648,33)	-	4 447 486,74

Anualmente, da rubrica “outras variações nos fundos patrimoniais”, são transferidos para “Outros rendimentos e ganhos” os valores relativos à depreciação dos ativos doados.

14.4. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares:		
Abonos	49.097,71	48.669,68
Consignação de IRS	243.544,25	226.038,68
Outros rendimentos suplementares	13,35	-
Ganhos em inventários	1.018,21	-
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros:		
Alienações	40.420,65	15.103,20
Rendas de imóveis	45.909,16	58.002,00
Outros rendimentos e ganhos	43.809,44	-
Correções relativas a períodos anteriores	11.087,18	1.090,76
Imputação de subsídios para investimentos	6.470,80	-
Depreciação de Activos Fixos Doados	562,33	3.648,33
Benefícios de penalidades contratuais	1.044,00	1.723,32
Donativos em espécie	135.975,36	121.055,45
Donativos monetários	529.353,93	546.674,75
Processos de tribunal	9.670,00	11.443,33
Juros de depósitos bancários e outras aplicações	5.349,83	6.650,63
Outros	670,04	0,70
Total	1.123.996,24	1.040.100,83

O valor em Rendimentos em investimentos não financeiros/outros no montante de 43.809,44 euros refere-se ao pagamento pela Câmara Municipal de Faro pela expropriação do terreno da Horta do Canto, acordado em 2012.

14.5. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1.654,68	33.725,26
Outros Gastos e Perdas:		
Correções relativas a períodos anteriores	7.984,32	3.207,89
Donativos	108,00	60,00
Quotizações	1.298,19	1.302,46
Apoio pecuniário a carenciados	3.101,00	43,28
Apoio em espécie	6.998,24	-
Outros não especificados	4.598,95	8.122,25
Juros de mora e compensatórios	1,31	47,49
Total	25.744,69	46.508,63

Handwritten signatures and initials: JSL, LIB, and others.

O valor de Impostos registado em 2017 deve-se na sua maioria ao pagamento do IMT na compra do prédio na Av. Joao Crisóstomo em Lisboa.

14.6. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção em 7 de março de 2019.

O Contabilista Certificado

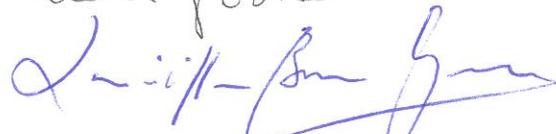


A Direção



Rodrigy Saule Aenc

Presidente da Direcção



Ju' Saule Aenc